

FRA Comunicado de Imprensa  
Viena, 22 de Fevereiro de 2017

## **Justiça adaptada às crianças: a perspetiva da criança**

**As crianças envolvidas em processos judiciais sentem-se frequentemente assustadas, ignoradas e mal informadas, revela um novo relatório da Agência dos Direitos Fundamentais (FRA) da União Europeia. Este relatório, que se baseia em perguntas feitas a crianças de vários Estados-Membros da UE sobre as suas experiências e pontos de vista, demonstra o quão longe estamos de tornar os nossos sistemas judiciais adaptados às crianças.**

*«Estamos a colocar crianças que já viveram ou testemunharam acontecimentos perturbadores numa situação desnecessariamente difícil. Tanto os decisores políticos como os profissionais da justiça têm de garantir que a ansiedade das crianças envolvidas nos processos judiciais é levada a sério e minimizada», afirma o Diretor da FRA, [Michael O'Flaherty](#). «Este relatório dá orientações claras quanto aos meios a partir dos quais os Estados-Membros podem garantir que as vozes das crianças sejam realmente ouvidas e que, ao mesmo tempo, estas se sintam seguras e protegidas.»*

Todos os anos, cerca de 2,5 milhões de crianças em toda a UE participam em processos judiciais, quer na qualidade de vítimas, de testemunhas ou de partes. Estes podem tratar-se de batalhas pela custódia do menor num processo de divórcio ou de casos de abuso ou exploração sexual.

O relatório «[Justiça adaptada às crianças: perspetivas e experiências das crianças envolvidas em processos judiciais](#)» baseia-se em entrevistas a 392 crianças. Identifica tanto os obstáculos que as crianças enfrentam e possíveis soluções, como uma série de práticas promissoras já utilizadas nos Estados-Membros da UE.

As crianças sublinharam a importância do seu direito a serem ouvidas de forma compreensiva e respeitadora. Tal aponta para a necessidade de orientações claras e práticas, bem como de formação para todos os profissionais que contactam com menores. As crianças também querem ser informadas sobre a evolução do processo e sobre os seus próprios direitos ao longo dos frequentemente morosos processos judiciais. Isto demonstra que é necessário facultar-lhes informações adequadas à sua idade antes, durante e após o julgamento.

As entrevistas deixaram claro que muitas situações causam sentimentos de incerteza e insegurança às crianças. Neste contexto, é fundamental garantir que os Estados-Membros dispõem de salvaguardas processuais que atendam às necessidades das crianças, não só em casos extremos, como os relacionados com violência doméstica ou abuso sexual, mas também nos muitos processos de custódia que decorrem em toda a UE. Estas salvaguardas podem incluir locais de audições adaptados às crianças, ligações de vídeo ou apresentação de provas pré-gravadas, bem como a proteção dos dados pessoais das crianças dos meios de comunicação e do público.

As conclusões do relatório baseiam-se em entrevistas a crianças de nove Estados-Membros: Alemanha, Bulgária, Croácia, Espanha, Estónia, França, Polónia, Reino Unido e Roménia. Este complementa o relatório anterior da Agência dos Direitos Fundamentais que aborda as [perspetivas dos profissionais](#) sobre a justiça adaptada às crianças.

**Para mais informações, queira consultar também o [dossiê de imprensa](#) ou contactar: [media@fra.europa.eu](mailto:media@fra.europa.eu) / Tel.: +43 1 580 30 642**

### **Notas aos editores:**

- Em 28 de abril, o relatório será apresentado na FRA num evento com a Ministra irlandesa da Infância e da Juventude, Katherine Zappone.

- A FRA presta um aconselhamento fundamentado aos decisores políticos da UE e nacionais, contribuindo desse modo para debates e políticas mais informados e direcionados no domínio dos direitos fundamentais.
- Estão disponíveis na Internet mais informações sobre o [trabalho da Agência no domínio dos direitos das crianças](#).